



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aplicação de energia

Para promover a redução das emissões de carbono em todos os sectores da sociedade de Macau e se articular com o País na concretização da “dupla meta de carbono”, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) publicou, no final do ano passado, a “Estratégia de Descarbonização a Longo Prazo de Macau” e nela se propõe “implementar activamente medidas de descarbonização em diferentes áreas e fases”, como a direcção geral do desenvolvimento de descarbonização a longo prazo de Macau, bem como “atingir o pico de emissões de carbono antes de 2030 e promover as áreas de electricidade e transportes terrestres para alcançar uma descarbonização profunda antes de 2050 e atingir emissões quase zero” como objectivo geral. Ademais, são propostas seis estratégias principais, de forma a fazer avançar, ordenadamente, os trabalhos de descarbonização nas diversas áreas, orientando o público a praticar, em conjunto, acções amigas do ambiente ^[1]. Uma das estratégias principais é a “Conservação de energia e substituição por energia limpa”.

A energia está no centro do desafio climático e é a chave para a sua resolução. De acordo com as informações das Nações Unidas, os combustíveis fósseis, como o carvão, o petróleo e o gás natural, são os que, até ao momento, mais responsáveis pelas alterações climáticas globais, sendo responsáveis por mais de 75 por cento das emissões globais de gases com efeito de estufa e por quase 90 por cento de todas as emissões de dióxido de carbono. Para evitar os piores impactos das alterações climáticas, as emissões têm de ser reduzidas para quase metade até 2023 e atingir



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

um valor líquido zero até 2050 ^[2]. Para atingir os objectivos supramencionados, é essencial a aplicação de fontes de energia alternativas que sejam limpas, acessíveis e sustentáveis.

Interpelo, então, as autoridades, sobre o seguinte:

1. No decorrer do debate das LAG no ano passado, as autoridades afirmaram que o planeamento da construção de uma central térmica movida a gás natural ainda se encontrava em fase de estudo e que era necessário ponderar “a eventual necessidade de fazer um investimento tão grande para gerar apenas uma pequena quantidade de electricidade em Macau” ^[3]. Porém, a “Estratégia de Descarbonização a Longo Prazo de Macau”, divulgada nos últimos meses, propõe o aumento da proporção de gás natural na produção de electricidade. Qual é a posição do Governo sobre o aumento da proporção de gás natural na produção de electricidade?

2. Em resposta a uma interpelação minha no ano passado, as autoridades salientaram o seguinte: o fornecimento de electricidade de Macau baseia-se, principalmente, na importação de energia do Interior da China, sendo complementado pela produção de energia eléctrica local. No acordo de importação de electricidade foi estipulado que a proporção da energia eléctrica limpa relativamente à electricidade importada para Macau seria de pelo menos 40 por cento. Por agora, tal estrutura não foi actualizada ^[4]. Porém, em 29 de Janeiro deste ano, as autoridades anunciaram que, devido às variações da taxa de câmbio do Renminbi relativamente à Pataca, o custo de aquisição do gás natural para abastecer Macau baixou. Por esse motivo, o Governo da RAEM ajustou, através do Despacho do Chefe do Executivo n.º 16/2024, os preços de venda do gás natural conforme as disposições previstas no n.º 7 do artigo 2.º do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Anexo IV do “Contrato de concessão do serviço público de fornecimento por grosso de gás natural”, entrando os novos preços em vigor a partir de hoje. Os preços de venda do gás natural a praticar para os quatro grupos de clientes tiveram descidas de cerca de 3,4 a 5,6 por cento, respectivamente. ^[5]. Nestas circunstâncias, a proporção de energia limpa em Macau aumentará num futuro previsível? As autoridades comunicaram com o Interior da China e procederam à avaliação dessa situação?

3. O Regulamento de segurança e instalação das interligações de energia solar fotovoltaica entrou já em vigor em Janeiro de 2015, no sentido de promover a produção de energia mediante as interligações de energia solar fotovoltaica. Porém, até 2022 registaram-se apenas cinco pedidos da respectiva aplicação. Qual é a situação actual da aplicação do sistema de produção de energia solar em edifícios públicos e privados em Macau? Segundo as autoridades, uma vez que a instalação de sistemas solares fotovoltaicos envolve o direito de uso das partes comuns do edifício, de acordo com a lei, a sua implementação só poderá ser feita com o consentimento dos proprietários do edifício, o que inevitavelmente dificultará o pedido ^[6]. Para resolver a situação, as autoridades devem considerar reforçar a devida publicidade e introduzir um plano de subvenções para edifícios privados, de modo a apoiar e a incentivar a instalação e utilização de sistemas de produção de electricidade a partir da energia solar em edifícios privados. Vão fazê-lo?

02 de Fevereiro de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Hong Sai



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Fonte:

1. A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) publicou a Estratégia de Descarbonização a Longo Prazo de Macau, 30 de Dezembro de 2023, <https://www.gov.mo/pt/noticias/698081/>
2. “Renewable energy – powering a safer future”, Nações Unidas, <https://www.un.org/en/climatechange/raising-ambition/renewable-energy>
3. Segundo o Secretário Rosário: “a construção de uma central térmica movida a gás natural está ainda por decidir”, Jornal “Ou Mun”, 11 de Fevereiro de 2023, http://macaodaily.com/html/2023-02/11/content_1653514.htm
4. Resposta à interpelação escrita do Deputado à Assembleia Legislativa Leong Hong Sai, 28 de Julho de 2023, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2023-08/6022264d3449a7bd2c.pdf>
5. “O Governo da RAEM ajustou o preço de venda do gás natural”, Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), 29 de Janeiro de 2024, <https://www.gov.mo/pt/noticias/701119/>
6. Resposta à interpelação escrita do Deputado à Assembleia Legislativa Si Ka Lon, 13 de Junho de 2022, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2022-08/3266862eb3d79ef011.pdf>